

5221
✓

Marcel Cardoso - Licitação CIOP

De: Claudio Denner Monteiro - CIOP - Diretoria de Saúde
<diretordesaude@ciop.sp.gov.br>
Enviado em: quarta-feira, 8 de setembro de 2021 09:07
Para: 'Marcel Cardoso - Licitação CIOP'
Assunto: ENC: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.
Anexos: REEQUILIBRIO ECONOMICO CIOP - ALENDRONATO.pdf; NOTA 24493.pdf;
NOTA 33423.pdf; PROCURAÇÃO ANA.pdf

Prezado Marcel bom dia.

Por gentileza, verificar solicitação.

Atenciosamente.



Claudio Denner Monteiro
Diretor de Saúde
Telefone: (18) 3223-1116
Celular: (18) 99136-9386
Presidente Prudente - SP

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos - CIOP
RG: 42.187.355-3
08/09/2021

De: Ana Paula Mayer - WERBRAN <licitacao02@werbran.com.br>

Enviada em: segunda-feira, 6 de setembro de 2021 11:42

Para: consorciointermunicipal@ciop.sp.gov.br

Assunto: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Bom dia,

Referente ao pregão 09/2021 - ITEM ALENDRONATO SOD 70MG . Solicito REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Segue documentação. Item é isento ICMS.

Duvidas estou a disposição,

Favor acusar recebimento.

Atenciosamente,

werbran

Francisco Beltrão-PR, 06 de SETEMBRO de 2021.

CONS INTERMUN DO OESTE PAULISTA SÃO PAULO

A signatária da presente WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 04.372.020/0001-44, localizada na Av. Natalino Faust 591 - na cidade de Francisco Beltrão Estado do Paraná.

Vem através deste solicitar a administração do consorcio o reequilíbrio econômico-financeiro.

A empresa acima citada exercendo seu direito de petição, assegurado na alínea "a" XXXIV do artigo 5º da constituição federal de 1988, vem requerer a REPACTUAÇÃO/ EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO, com base no art. nº 65, inciso II, letra "d" da lei nº 8.666/1993, que faz com base e fundamentos a seguir:

A WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, depois de participar do Pregão Eletrônico nº 09/2021 venceu os seguintes item:

- ITEM 14 - ALENDRONATO SOD 70MG - DELTA/CELLERA

Devido aos últimos acontecimentos, houve situações que fugiram de nossa vontade, situações de caso fortuito e força maior que nos impossibilitam de realizar novas entregas.

JUSTIFICATIVA:

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 04.372.020/0001-44 INSCR. EST.: 90231448-21
AV. NATALINO FAUST, 591 – PADRE ULRICO - CEP: 85.604-443
E-Mail : licitacao02@werbran.com.br ou licitacao08@werbran.com.br
FONE/FAX: (0xx46) 3211-5000 - FRANCISCO BELTRÃO – PR.

werbran

Ressaltamos que as empresas fazem previsões com a margem de lucro razoável, levando em consideração seu custo, lucro e também a probabilidade de um aumento condizente com o percentual autorizado pelo governo, com isso se justifica pois o órgão vai escolher a proposta mais vantajosa para entidade contratante. Diante disso, não se pode calcular valores exorbitantes, pois lhe arredaria da disputa.

Nesse assunto temos como base a doutrina de MARÇAL JUSTEN FILHO:

[...]a tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar a própria administração. Se o particular tivesse que arcar com as consequências de todos os efeitos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com o custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando inoressessem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potencias. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior[...] (Comentários à Lei de Licitações. 13. Ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 747-748.)

Nessa mesma esteira podemos falar da importância do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, porem além de assegurar o atendimento a necessidade publica, tem-se que, o particular contratante – frente a tal garantia legal - não necessita inserir “gordura adicional” em sua proposta como meio de prevenir-se contra possíveis alterações unilaterais adotadas pelo contratante, áleas extraordinárias, processo inflacionário, entre outras ocorrências aptas a desequilibrar a relação de encargos e remuneração.

Sendo assim a administração contratante arcará apenas com o efetivo do contrato, sendo um benefício para ela própria pagar apenas pelas consequências geradas pelas ocorrências que efetivamente advirem e se mostrarem comprovadas. Desse modo, Florivaldo Dutra Araújo cita:

[...]ao garantir com mais afincio a expectativa legitima do contrato, a administração. Além de demonstrar comportamento ético estará reduzindo

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 04.372.020/0001-44 INSCR. EST.: 90231448-21

AV. NATALINO FAUST, 591 – PADRE ULRICO - CEP: 85.604-443

E-Mail : licitacao02@werbran.com.br ou licitacao08@werbran.com.br

FONE/FAX: (0xx46) 3211-5000 - FRANCISCO BELTRÃO – PR.

werbran

5224 ✓

riscos e, consequentemente, o próprio dispêndio geral relativo a seus contratos[...] (Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos: casos de reajustes salariais. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 484).

Podemos ressaltar as palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello:

[...]a estabilidade da equação econômico-financeira é requisito do contrato administrativo que não pode ser retirada, haja vista que ofenderia princípios e normas de direito, cujo desentendimento seria gravoso para o próprio interesse público inerente ao contrato[...] (Contrato administrativo - Direito ao equilíbrio econômico-financeiro - Reajustes contratuais e os planos cruzados e Bresse. Revista de direito público, São Paulo, n 90, p. 100).

DOS FATOS:

Inicialmente, cumpre comprovar que não se trata de erro de cotação ou imperícia em calcular o comportamento da curva inflacionária. Isso se justifica, observar-se na nota fiscal (em anexo) que a WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA comprava o medicamento no custo de R\$ 0,153. Neste contexto, considerando que o item foi arrematado no certame ao preço de R\$ 0,208, nota-se que teve margem operacional suficiente para manter a proposta durante a vigência do contrato.

• Valor Ganho / Proposta Apresentada:

<i>Custo Antigo</i>	<i>Margem Operacional</i>	<i>Preço Homologado</i>
R\$ 0,153 (conforme nota fiscal)	35,94%	R\$ 0,208

Com essa adversidade vê o alto claro do medicamento a impossibilidade de manter o contrato, isso aconteceu após a participação no certame, pois isso a necessidade de revisão do valor adjudicado.

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 04.372.020/0001-44 INSCR. EST.: 90231448-21
AV. NATALINO FAUST, 591 - PADRE ULRICO - CEP: 85.604-443

E-Mail : licitacao02@werbran.com.br ou licitacao08@werbran.com.br

FONE/FAX: (0xx46) 3211-5000 - FRANCISCO BELTRÃO - PR.

werbran

- **Proposta Reajustada:**

Custo Atual	Margem Operacional	Valor Sugerido Reequilíbrio
R\$ 0,247 (conforme nota fiscal)	35,94%	<u>R\$ 0,335.</u>

DO DIREITO:

Efetivamente, os entes da administração pública tem o poder de alterarem unilateralmente as condições dos contratos administrativos, nos termos do art. nº 58 da lei 8.666/1993:

[...]o regime jurídico dos contratos instituídos por esta lei confere a administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I modifica-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei; [...]

[...] §2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

Importante destacar a **alínea "d" inciso II do art. nº 65 da lei nº 8.666/1993**, que não menciona prazo, o que nos leva ao entendimento de que em qualquer momento pode ser restabelecido pelas partes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Outro não é o entendimento da **Orientação Normativa nº 22 da AGU de 1º de abril de 2009**, a qual dispõe que a repactuação pode ser concedida a qualquer tempo:

"O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificadas as circunstâncias elencadas na letra "d" do inciso II da lei 8666/93."

Nessa leitura a **interpretação da alínea "d" do inciso II do art. nº 65 da lei nº 8.666/1993**, admitiu expressamente o direito ao restabelecimento da equação

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 04.372.020/0001-44 INSCR. EST.: 90231448-21

AV. NATALINO FAUST, 591 - PADRE ULRICO - CEP: 85.604-443

E-Mail : licitacao02@werbran.com.br ou licitacao08@werbran.com.br

FONE/FAX: (0xx46) 3211-5000 - FRANCISCO BELTRÃO - PR.

werbran

econômico-financeiro do contrato, mesmo quando a ruptura derivar de eventos previsíveis desde que imprevisíveis sejam suas decorrências.

Temos que observar os princípios que regem o sistema brasileiro de licitações, destaca-se o **princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, pelo qual deve ser mantida a relação entre encargos do particular e remuneração prestada pelo poder público em contrapartida.

Não resta dúvidas que é devido o equilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista a preservação do valor real inicialmente contratado, uma vez que a interpretação literal do **art. nº 40, inciso XI da lei nº 8666/93**, neste caso, implicaria admitir a ocorrência de indesejável reequilíbrio contratual, ensejando o enriquecimento sem causa do Poder Público.

MARÇAL JUSTEN FILHO ressalta:

"O direito a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não de cláusula contratual nem previsão no ato convocatório. Tem raiz constitucional portanto a ausência de previsão ou autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentadores que pretendem condicionar a sua concessão de reajuste de preço, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016)

Além de todos os argumentos e princípios já destacados até aqui não podemos deixar de citar o **art. nº 19 do decreto federal 7.892/13** que prevê que **se o preço do mercado tornar-se superior ao registrado e o órgão não julgar conveniente para o município conceder o realinhamento de preço, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso.**

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 04.372.020/0001-44 INSCR. EST.: 90231448-21

AV. NATALINO FAUST, 591 – PADRE ULRICO - CEP: 85.604-443

E-Mail : licitacao02@werbran.com.br ou licitacao08@werbran.com.br

FONE/FAX: (0xx46) 3211-5000 - FRANCISCO BELTRÃO – PR.

werbran

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PEDIDO:

I- Seja recebido o presente requerimento, nos termo da alínea "a", inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal;

II- Seja concedido a requerente o REPACTUAÇÃO/EQUIIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO nos termos do art. nº 65 da lei nº 8.666/1993, com a finalidade de reajustar o Item 10 - ALENDRONATO SOD 70MG de R\$ 0,208 para R\$ 0,335 a fim de poder continuar fornecendo o produto até o termino da vigência do contrato.

III- Caso não seja esse o entendimento e o pedido seja indeferido, que seja CANCELADO o citado item, em amparo ao art. nº 19 do Decreto Federal 7.892/13.

Desde já agradecemos e ficamos a disposição.

Atenciosamente,

04.372.020/0001-44

WERBRAN DISTRIBUIDORA
DE MEDICAMENTOS LTDA

Av. Natalino Faust, 591
Padre Uirico CEP: 85604-443
Francisco Beltrão - PR

WERBRAN DIST MEDICAMENTOS LTDA.

Gra Paula Mayer

WERBRAN DITRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA
CNPJ 04.372.020/0001-44

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 04.372.020/0001-44 INSCR. EST.: 90231448-21

AV. NATALINO FAUST, 591 - PADRE ULRICO - CEP: 85.604-443

E-Mail : licitacao02@werbran.com.br ou licitacao08@werbran.com.br

FONE/FAX: (0xx46) 3211-5000 - FRANCISCO BELTRÃO - PR.

RECEBEMOS DE CELLERA FARMACEUTICA S.A. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 26/02/2021 VALOR TOTAL: R\$ 24.469,46 DESTINATÁRIO: WERBRAN DIST DE MEDIC LTDA - AV NATALINO FAUST, 591 PADRE ULRICO FRANCISCO BELTRAO-PR

5228

NF-e
Nº. 000.024.493
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

CELLERA FARMACEUTICA S.A.

RUA PROJETADA, 333
AEROPORTO - 37031-090
VARGINHA - MG Fone/Fax: 1938018900

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.024.493
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3121 0233 1730 9700 0436 5500 1000 0244 9318 8812 1300

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131214048847785 - 26/02/2021 21:57:53

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda merc.adq.receb.de terceiros

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0026151080149

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

33.173.097/0004-36

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

WERBRAN DIST DE MEDIC LTDA

CNPJ / CPF

04.372.020/0001-44

DATA DA EMISSÃO

26/02/2021

ENDEREÇO

AV NATALINO FAUST, 591

BAIRRO / DISTRITO

PADRE ULRICO

CEP

85604-443

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

FRANCISCO BELTRAO

UF

PR

FONE / FAX

4632115000

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9023144821

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num. 001	Num. 002	Num. 003	Num. 004	Num. 005
Venc. 07/05/2021	Venc. 17/05/2021	Venc. 27/05/2021	Venc. 06/06/2021	Venc. 16/06/2021
Valor R\$ 4.893,89	Valor R\$ 4.893,89	Valor R\$ 4.893,89	Valor R\$ 4.893,89	Valor R\$ 4.893,90

LCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
24.469,46	2.936,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	513,86	875,347,20
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	850.877,74	0,00	0,00	0,00	0,00	2.422,48	24.469,46

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TRANSPORTES TRANSLOVATO LTDA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

89.823.918/0020-07

ENDEREÇO

ROD FERNAO DIAS - BR 381 0

MUNICÍPIO

POUSO ALEGRE

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0011508140278

QUANTIDADE

167

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

455,910

70,140

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
1000106519	ALENDRONATO DE SODIO 70MG BLPT X 4 CPR Lote:00025612 Qtd.:35070 Fab.:06.02.21 Val.:06.02.23 PMC: 34.51	30049059	000	6102	CT	35.070,0000	24,9600	875.347,20	24.469,46	2.936,34		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: REPASSE: R\$ 59698,68 DESCONTO COMERCIAL: R\$ 791179,06. COFINS COM CREDITO PRESUMIDO
CONF. ART. 3º LEI 10.147/2000. PIS COM CREDITO PRESUMIDO CONF. ART. 3º LEI 10.147/2000. PEDIDO DE COMPRA:
24888 Pedido: 24888 Email do Destinatário: xml@werbran.com.br
pedro@werbran.com.br

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE CELLERA FARMACEUTICA S.A. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 05/08/2021 VALOR TOTAL: R\$ 7.292,09 DESTINATÁRIO: WERBRAN DIST DE MEDIC LTDA - AV NATALINO FAUST, 591 PADRE ULRICO FRANCISCO BELTRAO-PR

NF-e

Nº. 000.033.423
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

CELLERA FARMACEUTICA S.A.

RUA PROJETADA, 333
AEROPORTO - 37031-090
VARGINHA - MG Fone/Fax: 1938018900

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.033.423
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3121 0833 1730 9700 0436 5500 1000 0334 2313 0441 1300

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131214280537918 - 05/08/2021 16:06:24

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda merc.adq.receb.de terceiros

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0026151080149

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

33.173.097/0004-36

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

WERBRAN DIST DE MEDIC LTDA

CNPJ / CPF

04.372.020/0001-44

DATA DA EMISSÃO

05/08/2021

ENDEREÇO

AV NATALINO FAUST, 591

BAIRRO / DISTRITO

PADRE ULRICO

CEP

85604-443

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

FRANCISCO BELTRAO

UF

FONE / FAX

PR

4632115000

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9023144821

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003
Venc.	04/10/2021	Venc.	03/11/2021	Venc.	03/12/2021
Valor	R\$ 2.430,45	Valor	R\$ 2.430,45	Valor	R\$ 2.431,19

LCULO DO IMPOSTO

DE CALC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
7.173,19	860,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,06	149.069,70
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	141.777,61	0,00	0,00	0,00	0,00	636,70	7.292,09

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TRANSPORTES TRANSLOVATO LTDA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

89.823.918/0020-07

ENDEREÇO

ROD FERNAO DIAS - BR 381 0

MUNICÍPIO

POUSO ALEGRE

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0011508140278

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

24,495

12,960

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
1000106519	ALENDRONATO DE SODIO 70MG 1 BLPT X 4 CPR Lote:00028322 Qtd.:210 Fab.:11.06.21 Val.:11.06.23 PMC: 37.42	30049059	000	6102	CT	210,0000	27,0700	5.684,70	185,39	22,25		12,00	
1000106520	BETAM+GENT+TOLNAF+CLIOQ CRM 1 BGAL X 20G Lote:00028245 Qtd.:240 Fab.:14.06.21 Val.:14.06.23 PMC: 31.11 pRedBC=9,90%	30042061	020	6102	CT	240,0000	23,3500	5.604,00	1.082,12	129,85		12,00	
1000106381	OX ESCITALOPRAM 20MG 2BLX15 CPR REV (C1) COFINS COM CREDITO PRESUMIDO CONF. ART. 3º LEI 10.147/2000 PIS COM CREDITO PRESUMIDO CONF. ART. 3º LEI 10.147/2000 PMC: 362,81	30049059	000	6102	CT	525,0000	262,4400	137.781,00	5.905,68	708,68		12,00	

DADOS ADICIONAIS

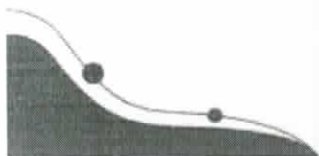
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: REPASSE: R\$ 769,89 DESCONTO COMERCIAL: R\$ 9132,40. COFINS COM CREDITO PRESUMIDO CONF. ART. 3º LEI 10.147/2000. PIS COM CREDITO PRESUMIDO CONF. ART. 3º LEI 10.147/2000. RED BASE CONF ITEM 27 DA PARTE I DO ANEXO IV DO RICMS/MG. PIS COM CREDITO PRESUMIDO CONF. ART. 3º LEI 10.147/2000. PEDIDO DE COMPRA: 26965 Pedido: 26965 Email do Destinatário: xml@werbran.com.br
pedro@werbran.com.br

RESERVADO AO FISCO

5230
✓

Ana Paula Mayer
Setor Licitação



werbran



(48) 3211-5017
0800 727 9866

www.werbran.com.br

Av. Natalino Faust, 591
Padre Ulrico / Francisco Beltrão

CNPJ: 04.372.630/0001-44

Francisco Beltrão - PR, 12 de Março de 2021.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º. 04.372.020/0001-44, sediada na Av. Natalino Faust, nº 591 - Bairro Padre Ulrico, CEP 85.604-443, Francisco Beltrão - PR através de seu representante legal a Sra. **Nancy Terezinha Werlang Brandalizze**, portador da Carteira de Identidade Nº 4769.428-0 e CPF nº 787.101.469-20.

OUTORGADO: ANA PAULA MAYER, portadora do RG nº 10.459.078-0, e do CPF Nº 041.825.231-99, brasileira, solteira, maior, domiciliada na Rua Francisco Comunello, 125, Bairro Sadia, Francisco Beltrão-Pr, CEP. 85.606-330.

PODERES: Com poderes específicos para representar a Outorgante em Licitações, podendo para tanto, assinar documentos, formular ofertas e lances de preços, assinar as propostas de preços, atas, contratos, requerer recursos e impugnações, recorrer a quaisquer instâncias administrativas, delegar direito de recurso, participar de concorrências, concordar, discordar, transigir, desistir, pagar guias, cotar produtos, requerer certificado de registros cadastrais, nomear preposto, assinar em nome da Outorgante todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandado.

Este documento não dá poderes ao Outorgante de receber quaisquer valores em nome da Outorgada.

O presente documento tem validade até 11/03/2022

F. BELTRÃO

NANCY TEREZINHA WERLANG BRANDALIZZE
SÓCIA GERENTE
CPF 787.101.469-20
RG 4.769.428-0



WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 04.372.020/0001-44 INSCR. EST.: 90231448-21
AVENIDA NATALINO FAUST, 591 - PADRE ULRICO - CEP: 85.601-970
E-Mail : licitacao01@werbran.com.br
FONE/FAX: (0xx46) 3211-5000 - FRANCISCO BELTRÃO - PR.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/117461203216562137267>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 117461203216562137267-1
Data: 12/03/2021 12:09:12
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG27972-XDTH;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular



TJPB

5232
V

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **18/03/2021 16:21:36 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 117461203216562137267-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b164ad87a9e2e5dfc0c4e7aee8215a5e76ec01a1e4a708e590a2a950f9f1aefe70953fab369d24ac12f9475d094950475604b37ea63ea51fa5fb3d8a89ec056e6



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1389164682

Nome: ANA PAULA MAYER

DOC. IDENTIDADE / OUT. IDENT. / IN: 10459078-0
Cidade: BESP
UF: PR

CNPJ: 041.825.231-99
Data Nascimento: 18/05/1991

Prática: VANIRA MAYER

Nº Registro: 04866537212
Data: 12/01/2022
1ª Inscrição: 20/01/2010

Observações:

Assinatura do Portador: Ana Paula Mayer

Local: FRANCISCO BELTRAO, PR
Data Emissão: 03/03/2017

Assinatura do Emissor: Marcos Grand
R9426664200
PR12149243

PARANÁ

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/117461203218550920250>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 117461203218550920250-1
Data: 12/03/2021 12:15:46
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG27985-JXDM;



CNJ: 06.870-9

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válter Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em sexta-feira, 12 de março de 2021 12:14:35 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

5284
V

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **18/03/2021 16:20:57 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 117461203218550920250-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fê.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b164ad87a9e2e5dfc0c4e7aee8215a5e73aedba5e95a6ee333fa2d481167ffae944f335cc6b9e49b5198efb196a1e3c6460
4b37ea63ea51fa5fb3d8a89ec056e6



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



MEMORANDO INTERNO N ° 153/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio Econômico - Financeiro – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ARP nº 164/2021

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, em anexo, sobre o pedido de reequilíbrio econômico - Financeiro do item **14 (ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG)**.

Por fim, considerando que os autos do Pregão Eletrônico nº 09/2021 encontram-se neste setor Jurídico, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo, acusando-se o recebimento logo abaixo na data da efetiva entrega. O protocolo a ser retido, por ora, será o constante no caderno de anotações de entrega e recebimento.

Após, remeta-se a este Setor de Licitações, por gentileza.

Atenciosamente.

Presidente Prudente, 08 de setembro de 2021


MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 10 / 09 / 2021

Setor Jurídico: 



5277
g

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Memorando Interno 153/2021)

ORIGEM: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 14 - ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG; ALTERNATIVAMENTE O CANCELAMENTO.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 14 - ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, alternativamente o seu cancelamento, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, sob a justificativa do aumento de preço junto ao seu fornecedor, registrado na ata do **Pregão Eletrônico nº 09/2021** e juntou documentos de fls. 5.228/ 5.234 (notas fiscais e procuração).

2. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 14 - ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG de R\$ 0,208 para R\$ 0,335, bem como os documentos notas fiscais e procuração (fls. 5.217/ 5.219).

3. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.



4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. A solicitação analisada possui como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição do valor pelo qual foi registrado para que se mantenha o equilíbrio pactuado, possibilitando o seu adimplemento.

6. Importante trazer à baila que o Sistema de Registro de Preço consiste em um procedimento administrativo para a elaboração de uma ata resultante da seleção das propostas mais vantajosa. Esta somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 06 (seis) meses**, não sendo o Poder Público obrigado a celebrar as contratações advindas dessa, apenas lhe garantindo a preferência ao beneficiário do registro.

7. Entretanto o registro vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

8. Assim conforme o item 11.9.1 que segue *ipsis literis*:

11.9.1. Realinhamentos de Preços não serão admitidos em Atas de Registro de Preços.

9. É contrário aos Princípios da Eficiência e da Economia a Administração Pública realizar um procedimento administrativo, no qual há dispêndio de recursos públicos, para o registro do preço de um item e esta admitir a sua alteração toda vez que houver a alteração do preço no mercado. Ou seja, o certame perde a sua eficácia e a sua transparência. Razão pela qual está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

10. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) - grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

11. Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

12. Quanto ao pedido alternativo de cancelamento, temos o desdobramento do fundamento anterior. Para que seja possível o cancelamento do item deve existir a ocorrência de um fato extraordinário, que não era previsível no momento do certame. Alterações do preço demonstram no atual cenário econômico um risco inerente ao negócio.

13. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão.

14. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

15. O processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a liberação da ata necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.

16. Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA., não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento do preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas.

17. É necessária uma razão factual e não um aumento de preço do seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

18. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

19. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

XIV - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência.

14.3. As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas e aplicadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio do pedido de empenho.

14.4. A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 14.5 a 14.8, nas hipóteses de mora ou inexecução do contrato.

14.5. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.6. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.7. A multa por atraso prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 14.1.

14.8. A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 14.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.9. O valor da multa serão pagos aos cofres do CIOP.

14.10. O prazo para pagamento de multa será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

14.10.1 O não pagamento da multa poderá implicar a cobrança judicial aos cofres do CIOP.

14.11. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e interposição de eventual recurso, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

14.12. As decisões e intimações serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caso de empresa apurada não seja localizada por carta com aviso de recebimento ou e-mail, considerando-se a contagem de prazo para todos os efeitos no primeiro dia útil a partir da publicação.

14.13. As decisões sobre sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

14.14. Será considerado com endereço físico vigente da empresa Detentora da Ata aquele cadastrado no sítio eletrônico da Receita Federa.

14.15. A aplicação de eventual sanção será realizada pela Diretoria Executiva do CIOP, após relatório opinativo fundamentado da Chefia de Compras, Licitações e Contratos, responsável pela apuração.

14.16. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso em face da decisão proferida, que deverá ser endereçado ao Presidente do CIOP, que poferirá sua decisão após parecer jurídico opinativo da Diretoria Jurídica do órgão.

20. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA., poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

21. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

22. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE



MEDICAMENTO LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

23. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 19 de outubro de 2021.

Dr. SERGIO RICARDO STUANI
OAB/SP 202.487
Diretor Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 169/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro de item – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP nº 164/2021

Encaminho o Parecer Jurídico às fls. 5.277/5.284, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 14 – **(ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG)**.

Presidente Prudente, 09 novembro de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico – Financeiro – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP nº 164/2021

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, e alternativamente o seu cancelamento, do item registrado na Ata de Registro de Preços nº 164/2021, alegando, em síntese, o aumento de preço do item no período.

O Setor Jurídico às fls. 5.277/5.284, opinou pela manutenção do valor registrado em ata e pelo indeferimento do cancelamento do item nº 14 – **(ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG)**, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, possuidora do CNPJ nº 04.372.020/0001-44, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 09 de novembro de 2021



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



5317
g

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretora Executiva. Assunto: solicitação de reequilíbrio/cancelamento do item nº 14, ARP nº 164/2021, Pregão Eletrônico nº 09/2021. Interessada: **WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, possuidora do CNPJ nº 04.372.020/0001-44. Decisão: **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa, pedido de reequilíbrio-econômico e, alternativamente, cancelamento do item nº 14 – (ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 09 de novembro de 2021.

